

IV-064 - CADASTRO ESTADUAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS (CEURH) DE SANTA CATARINA (2007 A 2017) E ESTRATÉGIAS PARA OUTORGA

Gisele de Souza Mori⁽¹⁾

Engenheira Sanitarista, Ambiental e Civil formada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Engenharia Ambiental, na área de Tecnologias de Saneamento pela UFSC. Assistente de Pesquisa da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e atua como Técnica da Diretoria de Recursos Hídricos, nas áreas de Planejamento de Gestão de Bacias Hidrográficas, Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos e Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos.

Robson Luiz Cunha

Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade João Bagozzi de Curitiba, Paraná. Analista Técnico de Gestão em Desenvolvimento Sustentável na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS) e atua no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH e na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Endereço⁽¹⁾: Rodovia SC 401, km 5, nº 4756 - Ed. Office Park, bl. 2, 2º andar - Saco Grande II – Florianópolis, Santa Catarina - CEP 88032-005 - Telefone: (48) 3665-4209 - e-mail: giselesouza00@gmail.com

RESUMO

As informações referentes às demandas de água de determinada bacia hidrográfica, bem como a sua situação quali-quantitativa devem ser reunidas e consistidas em um Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos, pois estas informações são fundamentais para a verificação de disponibilidade hídrica, avaliações dos pedidos de outorga e mitigação de eventuais conflitos entre usuários.

Para obter informações referentes às demandas relacionadas a cada uso e usuário faz-se necessário o cadastramento de usuários de água. Em Santa Catarina, o cadastramento de usuários de recursos hídricos foi instituído pela Portaria SDS nº 025/2006, onde cada usuário preenche um auto cadastro com dados de vazões de captações e de lançamentos, e faz a solicitação do pedido de outorga dentro dos prazos legais estipulados pelo órgão gestor.

O uso desregrado dos recursos hídricos causa conflitos entre os mais diversos setores da sociedade, sejam estes conflitos gerados pela falta de delimitação e reconhecimento dos usuários, que envolve cadastro de usuários, indo até o mau uso dos recursos hídricos que por sua vez é resultado da falta de planejamento dos usos, que podem comprometer além da sua quantidade, a qualidade. Desta forma, faz-se necessária a identificação dos usuários de água da bacia, de acordo com os seus tipos de usos, quantidades e qualidades de lançamentos em relação à vazão disponível no rio e que estes usos não alterem o enquadramento previsto para aquele determinado segmento de rio.

De acordo com os dados apresentados, para captações superficiais, avalia-se que para atingir o objetivo primordial da outorga no Estado de Santa Catarina, fazendo-se a gestão de água e não a gestão de usuários, uma estratégia seria regularizar os usuários com captações superiores a 100 litros por segundo, ou seja, 611 usuários, que representam 0,96% dos usuários e captam 99,71% do volume declarado no CEURH. Salienta-se ainda que desses 611 usuários, 45 são referentes a abastecimento público e 207 para criação animal, e que a Legislação Federal e Estadual sobre recursos hídricos considera o consumo humano e a dessedentação animal como sendo prioritários.

PALAVRAS-CHAVE: Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos, Gestão de Recursos Hídricos, Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, Usos Insignificantes, estratégias para Outorga.

OBJETIVO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os dados do Cadastro Estadual de Recursos Hídricos (CEURH) de Santa Catarina, no período de 2007 à 2017, distribuídos pelas suas faixas de vazões de captações superficiais, avaliar a faixa atual adotada no Estado para uso insignificante e propor de estratégias para a regularização dos usuários através da Outorga de Direito de Uso

METODOLOGIA UTILIZADA

- Apresentação dos conceitos envolvidos
- Apresentação dos dados do CEURH considerando o número de declarações informadas por setor usuário (atividade) e por vazões, para o Estado de Santa Catarina;
- Avaliação da faixa atual adotada no Estado para uso insignificante;
- Proposição de estratégias para a regularização dos usuários através da Outorga de Direito de Uso.

EMBASAMENTO CONCEITUAL

A gestão dos recursos hídricos teve seu marco legal oficial com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei N°. 9.433/1997, e a Lei N°. 9.748/1994, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina, sendo a lei estadual pretérita a lei federal. O Governo Federal vem legislando sobre o uso da água desde o Decreto-Lei N°. 24.643/1934, que institui o Código das Águas.

Os Planos de Recursos Hídricos são instrumentos previstos na PNRH que fazem parte do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, constituem-se em diretrizes que visam fundamentar e orientar a implementação da Política de Recursos Hídricos em uma bacia hidrográfica. Os Planos de Bacias Hidrográficas fazem parte dos instrumentos técnicos de gestão, sendo parte do escopo decisório dos Comitês de Bacias Hidrográficas, mesclando-se, nesse processo, o fator técnico e o fator político, nos moldes de um gerenciamento participativo e integrado. Estes devem apontar as necessidades da bacia, estabelecer metas, apresentar subsídios técnicos para a gestão sustentável dos recursos hídricos.

Os usos das águas tais como, abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, indústria, geração de energia elétrica, aquíicultura, preservação ambiental, paisagismo, lazer, navegação, etc., podem gerar conflitos entre os diversos setores de usuários e necessitam que os recursos hídricos sejam geridos, visando à sustentabilidade dos usos.

A Resolução CNRH 16/2001 em seu artigo 1º - estabelece o conceito de outorga: “*Outorga é o ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante faculta ao outorgado previamente ou mediante o direito de uso de recursos hídricos, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato, consideradas as legislações específicas vigentes*”.

O Decreto Estadual nº 4.778/2006 que regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos, de domínio do Estado de Santa Catarina, estabelece em seu art. 7º quem estão sujeitos a outorga e estabelece também em seu art. 8º quem independem de outorga, após aprovados pelos comitês de Bacia Hidrográfica.

A outorga deve atender as prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos da bacia hidrográfica, obedecendo aos critérios e metas estabelecidas de acordo com o enquadramento pretendido para corpo hídrico. São usuários considerados insignificantes, ou seja, dispensados de outorga, usuários que tenham captações inferiores à 1 m³/hora (0,28 litros por segundo), de acordo com o estabelecido pela Portaria SDS N° 036/2008.

As informações referentes às demandas de água de determinada bacia hidrográfica, bem como a sua situação quali-quantitativa devem ser reunidas e consistidas no Sistema de Informação de Recursos Hídricos, pois estas informações são fundamentais para a verificação de disponibilidade hídrica, avaliações dos pedidos de outorga e mitigação de eventuais conflitos entre usuários.

Para obter informações referentes às demandas relacionadas a cada uso e usuário faz-se necessário o cadastramento de usuários de água. Em Santa Catarina, o cadastramento de usuários de recursos hídricos foi instituído pela Portaria SDS nº 025/2006, onde cada usuário preenche um auto cadastro com dados de vazões de captações e de lançamentos, e faz a solicitação do pedido de outorga dentro dos prazos legais estipulados pelo órgão gestor.

O uso desregrado dos recursos hídricos causa conflitos entre os mais diversos setores da sociedade, sejam estes conflitos gerados pela falta de delimitação e reconhecimento dos usuários, que envolve cadastro de usuários, indo até o mau uso dos recursos hídricos que por sua vez é resultado da falta de planejamento dos usos, que podem comprometer além da sua quantidade, a qualidade.

Desta forma, faz-se necessária a identificação dos usuários de água da bacia, de acordo com os seus tipos de usos, quantidades e qualidades de lançamentos em relação à vazão disponível no rio, com o objetivo de que estes usos não alterem o enquadramento previsto para aquele determinado segmento de rio.

ANALISE DOS RESULTADOS:

Na tabela 1 abaixo se apresentam os dados referente ao número de declarações (usuários de água cadastrados) para o Estado de Santa Catarina, distribuídos pelas suas respectivas faixas de vazão, no período de janeiro de 2007 à agosto de 2017, exclusivamente para captações superficiais.

Tabela 1 – Evolução temporal do número de declarações por usos/atividades

Uso	Nº interferências Captação Superficial	Vazão de captação superficial em Litros por segundo (L/s)							Total de Vazão (L/s)
		0 a 0,28	0,28 a 1	1 a 25	25 a 50	50 a 75	75 a 100	> 100	
Abastecimento Público	711	358	28	221	38	13	8	45	46.596,18
Aquicultura	1590	889	286	380	16	2	5	12	17.567,59
Criação Animal	37801	35282	1034	993	164	96	25	207	10.546.675,00
Industrial	652	255	77	235	39	17	5	24	171.937,79
Irrigação	13711	5.425	2.461	5.219	227	95	32	252	17.438.248,00
Outros Usos	8971	8.182	234	450	23	13	10	59	791.967,38
Prod. Energia Termelétrica	8	0	0	3	3	0	0	2	21.855,72
Esgotamento Sanitário	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Mineração	411	176	90	135	5	1	1	3	1.267,06
Energia Hidrelétrica	12	4	0	1	0	0	0	7	81.355,16
total	63.867	50.571	4.210	7.637	515	237	86	611	29.117.469,88
% dos pto de captação superficial	100	79,18	6,59	11,96	0,81	0,37	0,13	0,96	
Vazão em L/s		1.940,60	2.320,35	39.278,53	18.438,44	14.118,02	7.567,03	29.035.600,52	29.119.263,49
% da Vazão		0,01	0,01	0,13	0,06	0,05	0,03	99,71	100,00

Pode-se observar na tabela que o número total de usuários cadastrados, no período de janeiro de 2007 a agosto de 2017, é de 63.867, sendo que 79,18% encontram-se dentro da faixa considerada como captação insignificante (inferior a 0,28 l/s), ou seja, são usuários dispensados de outorga. Ainda analisando a tabela acima, pode-se observar que estes 79,18% dos usuários são responsáveis por 0,01% da vazão captada superficialmente no Estado de Santa Catarina, representando realmente um volume inexpressivo em relação ao volume total.

Para as faixas dos usuários passíveis de outorga, que representam 20,82% dos usuários cadastrados, sendo estes responsáveis por 99,99% da vazão captada no Estado.

Na Figura 1 abaixo se apresenta os dados referente ao número de declarações significativas (captações > 0,28l/s) por setores usuários, no período de janeiro de 2007 à agosto de 2017, exclusivamente para captações superficiais.

Na Figura 2 abaixo se apresenta os dados referente ao número de declarações significativas (captações > 100 l/s) por setores usuários, no período de janeiro de 2007 à agosto de 2017, exclusivamente para captações superficiais.

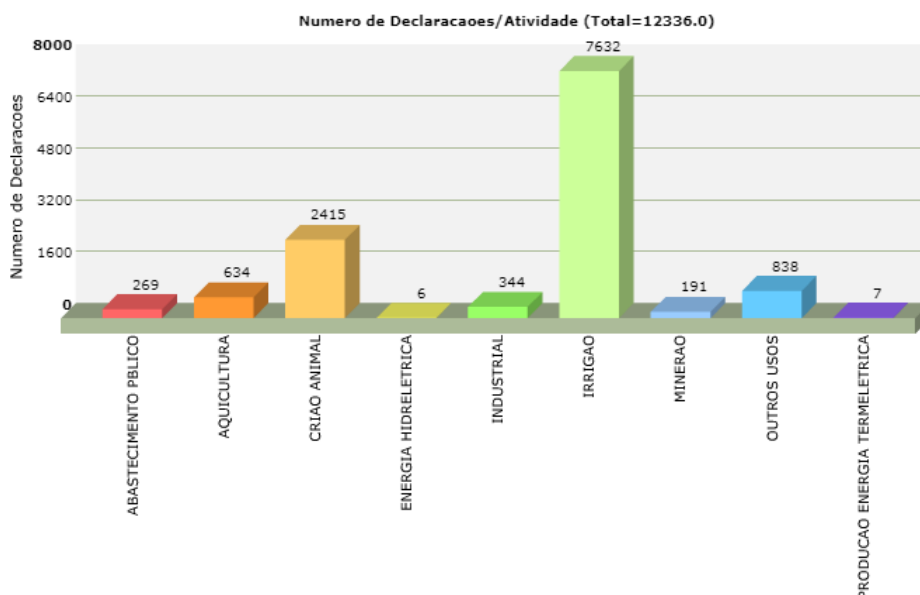


Figura 1 – Distribuição do número de declarações significativas por setor usuário

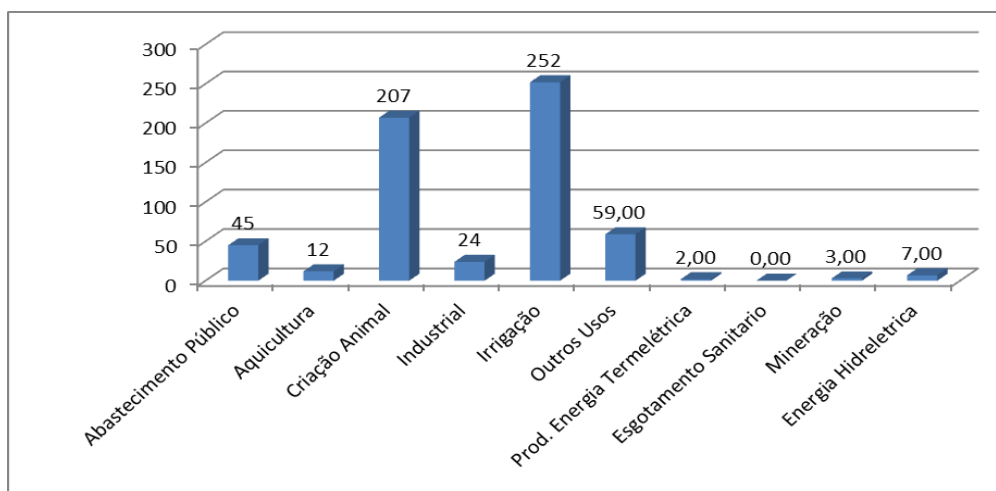


Figura 2 – Distribuição do número de declarações significativas (superiores a 100 l/s) por setor usuário

Quando observamos os setores usuários com captações superiores a 100 litros por segundo, nota-se que estes representam 0,96% das captações superficiais, ou seja, 611 usuários, que utilizam 99,71% do volume total de água cadastrada para Santa Catarina.

CONCLUSÕES OU RECOMENDAÇÕES

Considerando que a faixa atualmente utilizada no Estado de Santa Catarina para limitar os usuários dispensados de outorga é de 1 m³/hora para captações superficiais e que deve-se levar em consideração no momento da outorga, além do volume captado individualmente, a soma das captações no mesmo trecho do rio, pois a soma dos insignificantes pode não ser insignificante do ponto de vista de volume captado e a vazão disponível no trecho do rio.

De acordo com os dados apresentados, conclui-se que para atingir o objetivo primordial da outorga que é a gestão de recursos hídricos, com o regramento dos volumes utilizados, e não a gestão de usuários, uma estratégia seria regularizar os usuários com captações superiores a 100 litros por segundo, ou seja, 611 usuários, que representam 0,96% dos usuários e captam 99,71% do volume de captação cadastrado no CEURH. Salienta-se ainda que desses 611 usuários, 45 são referentes a abastecimento público e 207 para criação animal, e que a Legislação Federal e Estadual sobre recursos hídricos considera o consumo humano e a dessedentação animal como sendo prioritários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Brasil. (08 de janeiro de 1997). Lei Federal Nº 9.433. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. www.planalto.gov.br.
2. Santa Catarina; Lei Estadual Nº 9.748. (30 de novembro de 1994). Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos . www.alesec.sc.gov.br.
3. SDS. (2013). Coletânea de Legislação de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina - Diretoria de Recursos Hídricos. Santa Catarina: 3ª Edição.
4. Brasil. (08 de maio de 2001). Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Resolução CNRH Nº 16 . Regulamenta a Lei Federal Nº 9.433 de 08.01.97 no que diz respeito à outorga de direito de uso dos recursos hídricos. www.cnrh-srh.gov.br.